

# Políticas arquivísticas aplicadas à preservação de documentos digitais no Distrito Federal

Archivistic policies applied to the preservation of digital documents  
in the Distrito Federal

## Cláudio Gottschalg Duque

Doutor em Produção e Gestão da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB).  
[klaussherzog@gmail.com](mailto:klaussherzog@gmail.com)

## Fernanda Macena Alves

Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB). Gerente de Documentação e Arquivo na Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB).  
[fernandamacena5@gmail.com](mailto:fernandamacena5@gmail.com)

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar as práticas de preservação de documentos digitais nas instituições públicas federais do Distrito Federal. Analisamos algumas destas práticas, a fim de verificar qual ou quais delas melhor se aplicam em repositórios digitais. Como metodologia, utilizamos pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo, aplicação de um questionário e tabulação das principais políticas de preservação, para apresentar suas vantagens e desvantagens. A partir desses dados propomos uma política arquivística mais adequada para o Repositório Digital Cultural Brasileiro. Concluimos que com a preservação digital, pretende-se garantir a inalterabilidade dos registros digitais, bem como o acesso a longo prazo, no Repositório Cultural Brasileiro.

**Palavras-chave:** Repositório digital. Preservação digital. Políticas arquivísticas.

## ABSTRACT

This paper aims to investigate the preservation practices of digital documents in federal public institutions of the Federal District. We analyze some of these practices in order to verify which one or which of them best apply in digital repositories. As methodology, we used bibliographical research, field research, application of a questionnaire and main preservation policies tabulation, to present its advantages and disadvantages. From these data we propose a more adequate archival policy for the Brazilian Cultural Digital Repository. We conclude that with digital preservation, it is intended to guarantee the inalterability of digital records, as well as long-term access, at the Brazilian Cultural Repository.

**Keywords:** Digital repository. Digital preservation. Archival policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, em razão dos avanços e mudanças ocasionados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), observamos que as sociedades alteraram tanto suas formas de comunicação como os modos que registram suas informações. As transformações, alavancadas pelo uso de computadores, permitem, além

de novas maneiras de interação humana (como por exemplo as redes sociais), o acesso e compartilhamento rápido de informações registradas em meio digital, muitas vezes substituindo o papel. Destarte, o advento das TICs e do universo digital impõe novos desafios aos gestores da informação. Dentre eles, a necessidade de preservar adequadamente a informação disponibilizada nos computadores, a fim de mantê-la acessível por um longo período. Trata-se de cuidar e preservar os documentos em formato digital, desde a sua produção até a sua destinação final, a fim de garantir a confiabilidade e autenticidade dos documentos arquivísticos. (RONDINELLI, 2013).

Entretanto, na realização desta tarefa é fundamental compreender e conceituar preservação digital, bem como apontar os aspectos que a norteiam e como as instituições públicas e privadas estão tratando a questão. Na contemporaneidade, diariamente são produzidos documentos eletrônicos relevantes nas instituições públicas, que posteriormente serão preservados para atender as necessidades que motivaram a sua criação, o que reforça a necessidade de um maior aprofundamento no tema preservação digital. Entende-se por preservação digital o “conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário” (Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos – CTDE, 2016, p. 34).

O objetivo da preservação digital é exatamente permitir que toda a informação produzida digitalmente seja acessada na sua totalidade, de forma confiável e autêntica pelas próximas gerações, garantindo a memória institucional. A preservação da informação digital é um dos desafios enfrentados no século XXI em razão da diversidade de contextos e práticas ligadas à criação e ao funcionamento das TICs. Todavia, pode-se destacar como uma possibilidade de tratamento e preservação dos documentos nato-digitais, ou digitalizados, o uso dos repositórios digitais, no intuito de promover a qualidade no uso das informações. O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), salienta que os repositórios digitais

são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Os RDs armazenam arquivos de diversos formatos. Ainda, resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas, proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição. Os

RDs podem ser institucionais ou temáticos. Os repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Os repositórios temáticos com a produção científica de uma determinada área, sem limites institucionais. (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT, 2017)

Relevantes bases de dados online, os repositórios institucionais têm se consolidado nos últimos anos e disponibilizados de forma gratuita na internet, de modo a permitir o acesso e a disseminação da informação. Não por acaso, Milton Shintaku afirma que os “repositórios auxiliam tanto no processo de levantamento de literatura, ao permitir acesso a um acervo organizado via *web*, quanto na disseminação de resultados de pesquisa, com o depósito das publicações” (SHINTAKU, 2014, p. 2; SHINTAKU, DUQUE & SUAIDEN, 2014).

A partir destas considerações, apresentamos o Repositório Cultural Brasileiro, que tem por objetivo ser uma referência na *web* da produção acadêmica a respeito da cultura brasileira, voltado para estudantes e pesquisadores, sob a ótica da ciência da informação. Nele pretende-se disponibilizar objetos de aprendizagem referentes ao Brasil, mais especificamente, ao povo brasileiro. Entretanto, para que os artigos, textos, teses, dissertações, livros, gravações de áudios, filmes, entre outros, fiquem disponíveis, fez-se necessário um estudo sobre a legislação arquivística, a fim de identificar qual ou quais legislações serão aplicadas ao repositório, bem como disponibilizar as informações para os usuários.

Neste artigo, apresentamos as políticas utilizadas em sistemas de instituições públicas para a preservação digital, assim como a legislação de política de publicação e de direitos autorais. Nosso objetivo é o de avaliar a implementação e utilização das políticas públicas arquivísticas de preservação digital em instituições públicas no Distrito Federal. Para isso, procuramos:

- Identificar, na literatura, as melhores práticas ou práticas adequadas à preservação de documentos digitais;
- Conhecer, com base no questionário aplicado, às políticas de gestão documental e preservação de documentos digitais;
- Verificar, a partir do que foi analisado, qual a política adequada para o Repositório Digital Cultural Brasileiro.

Sublinhamos que os repositórios são iniciativas sérias, pois ofertam serviços de acesso, numa estrutura organizada que facilita a recuperação das informações. No entanto, torna-se um desafio a preservação dessas informações que estão em meio digital. A necessidade, a partir desses dados, de criar uma política de preservação digital para os documentos disponibilizados no Repositório Digital Cultural Brasileiro foi constatada através dessas observações (MONTEIRO & GOTTSCHALG DUQUE, 2016)

Ao longo deste trabalho, priorizamos a revisão bibliográfica acerca do tema e dos princípios arquivísticos a fim de estabelecer parâmetros para os documentos em formato digital. A busca de referências para subsidiar este estudo, com base na literatura, foi fundamental para o conhecimento de dados referentes às práticas arquivísticas de preservação de documentos digitais. Nosso objetivo foi o de conhecer as práticas aplicadas e verificar quais seriam pertinentes aos documentos do Repositório Cultural Brasileiro. Procuramos, ainda, identificar quais são as ações governamentais que potencializam as políticas arquivísticas adotadas para a normatização e preservação de documentos digitais.

Identificamos quais são as ações governamentais que potencializam as políticas arquivísticas adotadas para a normatização e preservação de documentos digitais.

Neste artigo procuramos mapear quais órgãos e entidades devem definir uma política de gestão arquivística de documentos que tenha por objetivo produzir, manter e preservar documentos confiáveis, autênticos, acessíveis e compreensíveis, de maneira a apoiar suas funções e atividades adotadas pelas instituições públicas federais, o quadro geral dessas políticas, a fim de verificar os procedimentos utilizados nas organizações para documentos digitais dentro dos órgãos (eArq-Brasil, 2010 p.19). Um gráfico foi apresentado para a análise dos resultados, a fim de descrever quais políticas que são adotadas pelos órgãos do Distrito Federal para a preservação dos documentos digitais. Com base nas análises, definimos a política a ser criada e aplicada pelo Repositório Digital Cultural Brasileiro.

## **2 DO DOCUMENTO DE PAPEL AO DOCUMENTO ELETRÔNICO: OS DESAFIOS DA GESTÃO DOCUMENTAL**

A ideia de documento sempre esteve associada ao papel como principal suporte (BARRETO, 1998). Com os avanços tecnológicos, observou-se o surgimento de outra

propriedade documental, o documento digital. Segundo o Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais, da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), o documento digital é “Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional”. (Glossário da CTDE, 2016, pg. 21). Enquanto o documento arquivístico digital é “um documento digital que é tratado e gerenciado como um documento arquivístico, ou seja, incorporado ao sistema de arquivos” (eArq-Brasil, 2010, p. 9).

As instituições vêm, desde o fim do século XX, utilizando sistemas eletrônicos para agilizar os procedimentos e aumentar a capacidade de recuperação das informações. Essa modificação do documento em papel para documento eletrônico ocorre em razão do avanço das TICs, que trazem benefícios e desafios para os profissionais. No ambiente digital também é necessário o tratamento adequado das informações, bem como sua preservação.

A preservação dos documentos digitais requer técnicas e procedimentos para manter a organicidade, confiabilidade e autenticidade (eArq-Brasil, 2010 p 21). O tratamento para documentos natos digitais e digitalizados necessitam ser iguais aos dos documentos físicos, ou seja, é necessário fazer a gestão documental, que vai desde a produção do documento até o arquivamento para guarda permanente ou eliminação.

As instituições públicas aderiram a esses ambientes tecnológicos para o armazenamento das informações. No entanto, sofrem algumas dificuldades, haja vista a obsolescência técnica que dificulta a eficiência da guarda de documentos. Apesar de muitos *softwares* proporcionarem a compatibilidade de versões, isso não garante que documentos mais antigos poderão ser acessados. Este problema tem gerado várias discussões nas instituições entre os profissionais de arquivo e de TICs, que têm buscado soluções para a preservação digital dos documentos.

Shintaku (2014, p.12) ressalta que o repositório digital “é um sistema que oferta facilidades em depositar, preservar e dar acesso a objetos digitais”. Desse modo, ele tem se tornado uma opção para facilitar o acesso aos documentos produzidos por uma instituição. Entretanto, devido ao elevado número de registros desestruturados que estão disponíveis na internet, há uma necessidade em preservar as informações para garantir o acesso a longo prazo. De acordo com conceitos e práticas de preservação digital, os repositórios digitais têm a tarefa de viabilizar a utilização desses acervos, garantindo sua

relação de troca com outros sistemas e possibilitando ampliar seu uso social e a geração de pesquisas.

As tecnologias da informação trouxeram um crescimento na produção, processamento e armazenamento de informações em grande escala. Porém, é possível destacar aspectos positivos e negativos nos documentos digitais. Como pontos positivos, ressaltamos a economia no espaço, a facilidade no acesso, a rapidez na produção, transmissão e armazenamento, o que permite uma maior interação com os usuários. Como pontos negativos, destacamos a fragilidade, a obsolescência e a dificuldade em assegurar a preservação a longo prazo. A preservação digital consiste:

Na capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação (FERREIRA, 2006).

Portanto, é possível destacar que o maior desafio da preservação digital é garantir a autenticidade e o acesso a longo prazo. Claudia Lacombe Rocha (2007) destaca quatro estratégias para a preservação digital:

1. Preservação tecnológica - Hardware: Museu de equipamentos. Software: preservar aplicações e sistemas operacionais.
2. Emulação Emulador de hardware - um programa que faz a máquina se comportar como outra. Um emulador de um computador obsoleto pode ser rodado em um computador do futuro. Vantagem: possibilita o acesso ao documento em sua versão original. Desvantagem: necessidade de manter o software original; dificuldade de emulações em cadeia.
3. Migração - Conjunto de procedimentos e técnicas para assegurar a capacidade dos objetos digitais serem acessados face às mudanças tecnológicas. Pode ser:
  - a) Atualização de um suporte que está se tornando obsoleto, fisicamente deteriorado ou instável para um suporte mais novo;
  - b) Conversão de um formato obsoleto para um formato mais atual ou padronizado; ou de uma plataforma computacional em vias de descontinuidade para uma outra mais moderna.
4. Monitoramento de software e formatos - Auxiliar as decisões no planejamento das estratégias de preservação digital. (ROCHA, 2012, p. 49 a 52).

Considerando as questões apresentadas, é necessário realizar uma reflexão sobre a preservação de documentos arquivísticos digitais, com ênfase nas políticas de preservação. O processo de elaboração de toda política implica na tomada de decisões por parte do indivíduo, grupos e órgãos competentes. As políticas podem ser apresentadas de

forma explícita, ou seja, por meio de documento que as oficialize, ou de forma implícita, que não estão oficializadas nem escritas. Deste modo, as instituições que não possuem políticas explícitas, podem utilizar das práticas para tomarem suas decisões. Para José Maria Jardim, política pública arquivística é:

Conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativos, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2006, p. 10)

O acesso e o uso dos documentos devem ser norteados pelas políticas de preservação, bem como a legislação e as decisões tomadas devem ser orientadas para esta finalidade. Nesta perspectiva, é fundamental esclarecer a todos os profissionais sobre a necessidade de observância às normas referentes aos procedimentos adotados pela instituição, tendo em vista a preservação de longo prazo e o acesso à informação.

Eminente destacar que os documentos tradicionais e os documentos digitais possuem a mesma relevância e não deve existir distinção na hora de receber o tratamento. É fundamental que os documentos digitais atendam os mesmos princípios dos documentos em suporte físico, ou seja, que sejam respeitadas as suas especificidades. Observar questões relacionadas à preservação dos documentos digitais e definir as estratégias a serem adotadas.

As tecnologias colocam-se como um facilitador no processo de disseminação da informação, observa-se que a rápida expansão dos documentos em suporte de papel para o meio digital ocorreu sem mensurar os possíveis impactos desencadeados pela tecnologia, colocando em risco a segurança da informação e a memória social, devido a fragilidade e obsolescência do suporte. Presentemente há conteúdos sendo produzidos diariamente, o que torna a preservação desses registros uma tarefa incontornável.

Tendo isto em vista, acreditamos que, no que se refere aos acervos virtuais em formato digital, um dos sistemas possíveis de acesso são os repositórios digitais, pois apresentam-se como um facilitador no acesso à informação. Essa garantia de preservação, dar-se-á por meio de uma política de preservação, que estabelece diretrizes para a preservação dos documentos, a fim de garantir o acesso a longo prazo.

### 3 SOBRE AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS DE PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS DO DISTRITO FEDERAL

Ao analisar as práticas arquivísticas de preservação de documentos digitais adotadas nas instituições do Distrito Federal, fez-se necessário a realização de uma pesquisa de campo que pudesse indicar quais as melhores práticas políticas e arquivísticas adotadas por órgãos públicos. Considerando a finalidade e a motivação do estudo, trata-se de uma pesquisa aplicada, com base em objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória (GIL, 2002 & 2008). Para isto, elaboramos um questionário que nos possibilitou avaliar quais as práticas e políticas são utilizadas pelas instituições, bem como analisar qual ou quais das práticas melhor se aplicam ao Repositório Cultural Brasileiro. O questionário, disponibilizado pela funcionalidade Google e também encaminhado por e-mail, foi preenchido/respondido pelo profissional responsável pelo arquivo da instituição.

**Quadro 1.** Questionário para diagnosticar as políticas arquivísticas e as gestões aplicadas para conservação e migração de documentos digitais e digitalizados.

PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO
1 – Identificação do órgão
2 – É subordinado a algum outro órgão? Sim ( ) Não ( )
3 – Possui legislação específica? Sim ( ) Não ( )
4 – Área de formação?
5 – Área de atuação?
6 – Quanto tempo trabalha na área? ( ) menos de 1 ano ( ) de 1 ano a 3 anos ( ) de 3 anos a 5 anos ( ) mais de 5 anos
7 – Quais as práticas arquivística adotadas pela instituição?
8 – Quais são os problemas mais comuns na prática arquivística?
9 – Existe gestão documental? Não ( ) Sim ( ) há quanto tempo está sendo adotada
10 – O órgão segue alguma legislação referente à gestão documental? Não ( ) Sim ( ) qual ou quais
11 – Como é feita a gestão de documentos especiais?
12 – O CONARQ tem Resoluções para gestão de e-mails, digitalização de materiais permanentes, fotografias, eliminação, etc. A instituição tem conhecimento? Sim ( ) Não ( )
13 – Essas práticas são adotadas? Sim ( ) Não ( )
14 – Existe alguma política arquivística na instituição para documentos digitais e digitalizados? Sim ( ) qual ou quais Não ( )
15 – Existe um plano de gestão para atualização/revisão/adaptação da política adotada? Sim ( ) Não ( )
16 – Na prática, essa política é empregada? Sim ( ) Não ( ) favor explicar o porquê.
17 – A política arquivística consegue prever/lidar com esses problemas e apresentar soluções? Sim ( ) Não ( )

18 – Você gostaria de acrescentar algo, alguma sugestão ou comentário, que não foi contemplado no questionário e deseja salientar?

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As questões que foram propostas permitiram conhecer quais atividades são desenvolvidas e quais práticas são adotadas para a preservação dos documentos em meio digital. Também foi possível conhecer as políticas arquivísticas, a existência de legislação específica sobre a questão, a existência de gestão documental e se a instituição tem conhecimento das Resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) para a preservação de documentos em meio digital. Algumas dessas perguntas básicas e simples, não foram respondidas por um ou outro profissional.

Embora nem todas as perguntas tenham sido respondidas por todos os profissionais entrevistados, a aplicação dos questionários permitiu compreender quais os conhecimentos dos profissionais em relação ao conteúdo, quais as experiências que estes tiveram/têm com políticas arquivísticas e se os respondentes teriam algo a comentar ou acrescentar com relação ao tema.

A partir da análise dos resultados, realizada por meio de uma planilha de Excel, observamos que 56% dos respondentes informaram que existe uma política arquivística de preservação digital de documentos e 44% dos respondentes informaram que não existe uma política arquivística de preservação digital de documentos. O questionário foi encaminhado para 15 profissionais da área de diferentes instituições públicas e privadas do Distrito Federal.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituições dos entrevistados: Câmara dos Deputados, Clínica Meu Médico – Saúde para todos; Faculdade de Ciência da Informação/UnB; Coordenação de Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação/UnB; Arquivo Público do Distrito Federal; Senado Federal (Ikhon Tecnologia); Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Ministério do Turismo; Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; Correios; Polícia Militar do Distrito Federal; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Associação de Poupança e Empréstimo (APE-POUPEX).

**Figura 1:** Número de instituições que possuem uma política arquivística.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As instituições utilizam de Atos publicados, de Resoluções do CONARQ, de Manuais de Gestão elaborados pela instituição, Normas específicas dos órgãos, Instruções e o E-arq Brasil, que estabelece requisitos obrigatórios para utilização de sistemas arquivísticos de informação. Todos os respondentes afirmaram que sabem das práticas arquivísticas adotadas pela instituição, mas houve discrepâncias com relação ao uso de políticas arquivísticas com respondentes de uma mesma instituição. Todos responderam sobre os problemas mais comuns na instituição no que se refere às práticas de Gestão Documental. A maioria respondeu que a instituição tem conhecimento das Resoluções do CONARQ para o tratamento de documentos em meio digital e todos responderam que a instituição possui legislação referente à Gestão Documental.

Colocar em prática a gestão de documentos em uma instituição pública é um grande desafio. Isto porque, por um lado, a instituição está habituada a rotinas e a procedimentos mais ou menos formalizados e, por outro, a gestão de documentos envolve complexa articulação de informações, pessoas e tecnologias para atingir os seus objetivos. Há casos em que políticas de gestão não são adotadas pela falta de conhecimento da existência das técnicas. A política arquivística é determinada pelo órgão central, não há como implementar uma política arquivística em setores subordinados. Alguns responderam que gostariam que o CONARQ oferecesse cursos Técnicos de Arquivologia EAD. Outros responderam que não possuem conhecimentos suficientes para responder sobre os procedimentos arquivístico adotados na instituição.

O trabalho arquivístico em qualquer instituição enfrenta uma série de dificuldades. Todavia, o arquivista tem papel fundamental no desenvolvimento de uma política

arquivística eficiente, voltada para a preservação e transmissão das informações corporativas. Revelar o lado positivo da gestão, gerar o convencimento e importância do trabalho à cúpula estratégica e, acima de tudo, mostrar ao usuário as facilidades que o trabalho arquivístico proporciona, são os maiores desafios encontrados pelos arquivistas, uma possibilidade para mitigação desses problemas é a oferta de cursos básicos de gestão arquivística para todos os funcionários das instituições.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista o objetivo proposto, este artigo expõe uma reflexão fundamentada na revisão de literatura e na elaboração de questionário, para apresentar uma proposta para o Repositório Cultural Brasileiro, abordando as políticas de preservação para documentos arquivísticos em repositórios digitais. O Repositório Cultural Brasileiro foi desenvolvido pelo grupo de pesquisa R.E.G.I.M.E.N.T.O, ligado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília e tem por objetivo a disseminação da informação a respeito da cultura brasileira, voltado para estudantes e pesquisadores, sob a ótica da ciência da informação.

Procuramos discutir ao longo deste artigo, que os repositórios surgem como uma ferramenta para a preservação digital, haja vista os constantes avanços tecnológicos transformaram as práticas da sociedade, gerando novas necessidades de consumo. Com o advento das tecnologias, o documento que antes tinha o papel como suporte passa a ter meio digital como suporte. Decorrente desse avanço, observou-se as inúmeras vantagens na utilização de documentos digitais, como por exemplo facilitação de acesso ao documento, agilidade na tramitação de processos, economia de papel, economia de espaço físico nos arquivos etc, pois a tecnologia põe-se como um facilitador no processo de disseminação da informação.

Isto posto, a criação de repositórios digitais revelou-se uma tendência, visto a facilidade de acesso e a preservação da informação a longo prazo. A tendência reforça a motivação deste artigo, que se limita em analisar algumas práticas de preservação digital de documentos adotadas por instituições públicas no Distrito Federal, através de pesquisa exploratória, de campo, indutiva, com aplicação de questionários (GIL, 2002; 2008) para verificar como a legislação arquivística é aplicada aos documentos digitais nas instituições do Distrito Federal.

Após as análises sugerimos que algumas dessas práticas podem ser aplicadas ao Repositório Cultural Brasileiro. Dentre elas, observa-se a necessidade de acesso; arquivamento; assistência técnica; avaliação; classificação dos documentos; difusão; normatização; preservação e ordenação. Os fatos, são reforçados em virtude do risco de perda de informações e obsolescência tecnológica. Percebe-se, também, problemas relacionados a essas práticas, que são comuns no dia a dia das instituições. Conforme análise dos respondentes, as instituições públicas encontram dificuldades na tratativa dessas questões que estão relacionadas à rotina das atividades arquivísticas. Então, apresentamos algumas propostas que irão facilitar essas ações:

- Convencer a instituição que as ações de gestão são atribuições inerentes às atividades das áreas;
- Treinar os usuários para trabalhar com os instrumentos (Tabela de Temporalidade e Plano de Classificação);
- Implantar um sistema de gestão arquivística e capacitar os usuários;
- Contratar e capacitar pessoas para trabalhar nos arquivos, sejam de organizações públicas (através de concursos) ou de organizações privadas.
- Instruir os usuários para a necessidade de se adotar a legislação por todos da instituição;
- Criar normativos para o arquivo;
- Criar política arquivísticas;
- Apoio a gestão documental.

Outro aspecto importante detectado ao longo da pesquisa refere-se à legislação. Identificamos através dos questionários que as instituições seguem a Lei nº 8.159/1991; a Lei nº 12.527/2011; as Resoluções de preservação digital do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); o E-arq Brasil, que apresenta os requisitos obrigatórios que um sistema informatizado deve ter; a Instrução nº 3 de 2016 da Universidade de Brasília; os Atos da Mesa nº 46/2012, 48/2012 e 80/2016 da Câmara dos Deputados e as Normas internas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A política de preservação digital é a forma mais efetiva de garantir o armazenamento e uso de recursos de informação por longos períodos. A falta dessa política nos repositórios digitais demonstra a carência de conhecimentos técnicos sobre as estratégias de preservação digital. Logo, após análise, propomos a seguinte Política para o Repositório Cultural Brasileiro: a Política Arquivística do Repositório Cultural

Brasileiro compreende princípios, objetivos, diretrizes e requisitos para a preservação de documentos digitais, visando à organização e preservação dos acervos e recuperação de informações fundamentais para estudantes e pesquisadores, baseada as orientações do CONARQ, da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE<sup>2</sup>) e das melhores práticas arquivísticas aprendidas nos Cursos de Arquivologia, bem como na expertise dos arquivistas adquirida ao longo do tempo de atividade profissional. Deste modo abrange todos os documentos nascidos digitais ou digitalizados, desde que estejam relacionados às atividades de pesquisa e disseminação da informação. Esta política, tem por objetivos:

- assegurar as condições adequadas ao pleno acesso a documentos digitais;
- garantir, permanentemente, a autenticidade dos documentos digitais;
- implantar repositório digital próprio para a preservação digital;
- contribuir para a redução do risco em segurança da informação;
- organizar a geração, gerenciamento, manutenção dos documentos;
- preservar o acesso aos documentos de caráter permanente, reconhecidos por seu valor histórico e científico.

Os documentos digitais produzidos ou capturados pelo repositório necessitam ser adequados aos requisitos de preservação digital. Logo, haverá formatos de arquivo específicos para cada tipo de documento digital; mídias de gravação e armazenamento padronizadas e capacidade de migração para novas versões, sem perda de autenticidade.

Para fins desta política, são adotadas algumas definições e considerados alguns termos, são eles: acesso; arquivos; autenticidade; confiabilidade; confidencialidade; digitalização; documento; documento digitalizado; documento permanente; e-Arq Brasil; gestão de documentos; Repositório Digital.

A operacionalização da presente Política dar-se-á por meio de um Programa de Preservação Digital de Documentos, que terá como objetivo a determinação de estratégias e procedimentos para a implantação da preservação eletrônica de documentos por meio de um Repositório Digital.

Para a implantação do Repositório Digital, serão definidas estratégias e procedimentos para garantia da manutenção das qualidades de confiabilidade,

---

<sup>2</sup> Esta norma, aprovada pela Resolução nº 28 do CONARQ, estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD (G) e ISAAR (CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária.

autenticidade, acessibilidade e confidencialidade dos documentos arquivísticos, devendo contemplar um plano de preservação documental, contemplando as etapas de produção, armazenamento e manuseio do documento arquivístico em todos os suportes, bem como, estabelecer diretrizes para normalização de instrumentos de pesquisa ou de recuperação de informações com base na NOBRADE, aprovada pelo CONARQ, para garantir o acesso à documentação de valor permanente.

Para preservação digital dos documentos, faz-se necessário a criação do repositório, que deverá adotar padrões para e protocolos padronizados para comunicação. A comunidade alvo do repositório de preservação digital de documentos são os pesquisadores e estudantes, que têm interesse na Cultura Brasileira.

O envio de documentos ao repositório de preservação digital de documentos e a gestão da consulta nesse repositório serão efetuados pelo Grupo de Pesquisa e somente serão encaminhados e aceitos no repositório de preservação digital os documentos digitais consolidados, em sua versão final. Ao conteúdo de cada documento digital enviado ao repositório de preservação digital deverá ser acrescido uma descrição de informações que identifique sua proveniência e contexto.

A preservação digital necessita de ações e práticas para salvaguardar as informações contidas nos acervos, porém, é preciso estabelecer estratégias, para implementar soluções de preservação. Com a preservação digital, pretende-se garantir a inalterabilidade dos registros digitais, bem como o acesso a longo prazo, no Repositório Cultural Brasileiro.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: Tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. **Glossário Documentos Arquivísticos Digitais**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016 - 7ª versão. Disponível em: [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016\\_glosctde.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glosctde.pdf) Acesso em: 13 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (IBICT). **Sobre Repositórios Digitais**. Disponível em: <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais> Acesso em: 21 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em:

[http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf) Acesso em: 21 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos - CTDE, 2016 - 7ª versão. Disponível em:  
[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016\\_glosctde.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glosctde.pdf) Acesso em: 21 abr. 2017.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica**. Ci. Inf., Brasília, v. 27, n. 2, p. nd, 1998. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651998000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200003&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 17 abr. 2020.

FERREIRA, M. **“Introdução a Preservação Digital - Conceitos, estratégias e atuais consensos”**. Minho: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

FLORES, Daniel. **“Preservação dos Documentos Digitais: desafios”**. Os locais de guarda para os documentos arquivísticos digitais, os desafios impostos para a preservação e os aspectos que envolvem a guarda na Nuvem. Universidade de São Paulo. 2013. Disponível em:  
<http://www.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2015/01/daniel.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 5-16, jul./dez. 2006.

MONTEIRO, Fernanda.; GOTTSCHALG-DUQUE, Claudio. *Web semântica e repositórios digitais educacionais na área de saúde: refinamento do resultado de busca com foco no objetivo de aprendizagem*. In: Gottschalg Duque, Cláudio (Org.). **Ciência da Informação Estudos e Práticas**. 1ed. Brasília: Thesaurus, 2016, v. 3, p. 23-38.

ROCHA, Claudia Lacombe. **Repositórios digitais para documentos arquivísticos**. Fundação Casa de Rui Barbosa Memória & Informação. 2012. Disponível em:  
[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo\\_info/mi\\_2012/FCRB\\_MI\\_Repositorios\\_digitais\\_para\\_documentos\\_arquivisticos.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info/mi_2012/FCRB_MI_Repositorios_digitais_para_documentos_arquivisticos.pdf) Acesso em: 14 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Documentos digitais**: Principais questões para sua preservação e acesso; as principais ações da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do CONARQ. Programa de capacitação na guarda, organização e difusão do patrimônio documental. 2007. Disponível em:  
[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/apresentacoes\\_gestao/documentos\\_digitais\\_monumenta\\_2007.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/apresentacoes_gestao/documentos_digitais_monumenta_2007.pdf) Acesso em: 21 abr. 2017.

RONDINELLI, Rosely Curi. Fidedignidade e autenticidade do documento eletrônico: uma abordagem arquivística. In: INTEGRAR - Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, 19. **Anais....** São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p. 471-483.

\_\_\_\_\_. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

\_\_\_\_\_. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos sob a ótica arquivística:** Identificação das principais correntes teóricas, legislação e diagnóstico da situação nos arquivos públicos brasileiros. Brasília, 2001.

SANTOS, V. B. dos; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. de. **Arquivística:** temas contemporâneos: Classificação, Preservação digital, Gestão do conhecimento. Brasília: SENAC, 2001.

SHINTAKU, Milton. **Federação de Repositórios Científicos:** identificação, análise e proposta de modelo baseado nas tendências tecnológicas e da Ciência. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Brasília. Universidade de Brasília, 2014, p. 1 – 268. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18125/1/2014\\_MiltonShintaku.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18125/1/2014_MiltonShintaku.pdf) Acesso em: 26 maio 2017.

SHINTAKU, Milton; DUQUE, Cláudio G.; SUAIDEN, Emir José. Análise sobre o uso das tendências tecnológicas nos repositórios brasileiros. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 001-012, 2014. Disponível em: <http://www.biblionline.ufpb.br/ojs2/index.php/pbcib/article/view/21547/12441> Acesso em: 26 maio 2017.

Recebido em: 15 de junho de 2019  
Aprovado em: 21 de abril de 2020  
Publicado em: 29 de maio de 2020